

Córregos ocultos em São Paulo

Vladimir Bartalini – professor doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Resumo

Historicamente os rios e córregos das nossas cidades são vistos como incômodos e, por isso, afastados do olhar. Mais recentemente, em diversos órgãos da administração pública e mesmo no discurso oficial dos planos diretores, nota-se a intenção de rever esta postura propondo e adotando medidas de valorização de fundos de vale com alguma visibilidade. Há, porém, uma “rede hídrica capilar” de córregos ocultos – cujos únicos vestígios são becos, vielas, bueiros atípicos ou sobras de terreno resultantes da canalização e enterramento dos cursos d’água – que é despercebida e desatendida, e tida como fato consumado, diante do qual nada há a fazer a não ser dar-lhe um tratamento asséptico ou incorporá-la no interior dos novos empreendimentos. Busca-se aqui argumentar no sentido contrário, sugerindo possibilidades de tratamento destes casos com base em parâmetros outros que não os de cunho estritamente ecológico-ambiental ou cosmético. Estando os cursos d’água intimamente associados ao nascimento e desenvolvimento das cidades, supõe-se que eles ocupem um lugar importante na imaginação coletiva, ainda que este lugar seja o inconsciente. Defende-se que, por meio do fazer poético, os vestígios enfeitados dos córregos ocultos ganhem a força de imagens e encontrem um lugar na paisagem, de modo a vivificar a memória coletiva e a re-significar os laços que unem, inevitavelmente, o fazer humano à base primordial com a qual ele opera.

Palavras chave: paisagem urbana / arte e paisagem / rios urbanos

Abstract

In the historical point of view, urban rivers and small streams are seen, in our cities, as annoyances, therefore they are shut out of sight. Recently, signs of change on this matter can be noticed in some public offices and even in master plans, by means of advises and practical measures aiming to recover river valleys that own some visibility. However, there is a “capillary hydrological net” of hidden

streams – which the only traces are lanes, odds drainage devices or scraps of opens spaces originated by the plumbing and putting streams under earth – unnoticed and disdained, as if nothing could be done about it, unless giving it an aseptic treatment or hiding it inside new developments. Here, the argumentation takes an opposite direction, by suggesting treatment for these cases based not in strict ecological or environmental issues, neither in cosmetic tricks. As rivers and streams are closely related to the birth and development of cities, they are supposed to occupy an important place in the collective imagination, even if they lie in the unconscious. Once shaped by poetic tools, the neglected traces of hidden streams could be brought to light and become strong images, able to vivify collective memory, giving new meanings to the ever present relationship between man and the primordial basis with which he operates.

Key words: urban landscape / art and landscape / urban rivers

Córregos ocultos em São Paulo

Vladimir Bartalini – professor doutor da Fau-Usp

Introdução

O assunto do presente trabalho está centrado em pequenos córregos, muitos deles anônimos, que, devido a obras viárias ou de saneamento, praticamente não fazem mais parte da paisagem urbana. Por conseqüência, não encontram lugar na consciência atual ou mesmo na memória, embora sua existência subterrânea se expresse na superfície sob a forma de becos, vielas, escadarias, fragmentos de áreas livres e até de insurgências de água.

Isto pode ser observado corriqueiramente em muitas cidades brasileiras. É importante, porém, diferenciar as situações que se pretende tratar aqui dos casos em que a canalização deu lugar a grandes eixos viários pois, nestas circunstâncias, as marcas dos rios tamponados ainda funcionam como guias para a leitura da

paisagem – mesmo que sob a forma de canteiros centrais ou taludes laterais ajardinados ou arborizados.

Nos casos a serem considerados, ao contrário, a existência do córrego é apenas sugerida pelos seus vestígios, dispersos no espaço e diversos na forma. Pode-se passar constantemente por estes lugares, pode-se até morar em suas proximidades, sem se dar conta de que, sob variados disfarces, ali existe um curso d'água. Revelar sua existência a partir destes indícios – que normalmente escapam ao olhar comum, à cartografia convencional e às fotografias aéreas, e que só o palmilhar acurado do território pode recuperar – demanda um trabalho semelhante ao do arqueólogo ou do detetive que, a partir de fragmentos, busca reconstituir uma cena ou um contexto.

Dentre os inúmeros casos de cursos d'água capilares, anônimos e desaparecidos sob o chão das cidades, os interesses da pesquisa se voltam às situações com urbanização já consolidada, com alto índice de ocupação do solo, e em processo mais ou menos acelerado de transformação (verticalização, mudanças de uso do solo), a ponto de só restarem vestígios pálidos da existência do córrego, exigindo, portanto, maior esforço de decodificação.

Entende-se que ao trazer à luz fatos espaciais ocultados do olhar ou recalçados na memória coletiva pode ocorrer o reconhecimento e uma efetiva assunção dos espaços associados à rede capilar dos córregos urbanos. O trabalho de revelação, ou re-apresentação dos córregos ocultos, justifica-se, além do efeito simbólico da operação, pela possibilidade desta rede vir a constituir, através de seus elementos devidamente trabalhados, mais uma das camadas ou estratos disponíveis para as múltiplas associações que as práticas cotidianas não cessam de criar.

O que alimenta e conduz este tema ressoa da produção de áreas distintas, mas, de certo modo, sintonizadas: as relações entre o homem e a Terra postas em destaque por Eric Dardel, cujo interesse se afasta do saber positivo em prol de uma geografia entendida “como uma dimensão originária da existência humana” (BESSE, 2006, p.85); as práticas de espaço, trabalhadas por Michel de Certeau; a memória como “um apoio sólido da vontade, matriz de projetos” (BOSI, E. 2004, pg. 33); a “imaginação da matéria” como manancial farto para o fazer poético, a que se dedicou Bachelard.

Camadas recalçadas e as tramas do fazer e do lembrar

Dentre os domínios que compõem a base física primitiva de qualquer agrupamento humano minimamente estável, sobressaem os cursos ou corpos d'água, na medida em que proporcionam algumas das condições indispensáveis à vida urbana, como o saneamento, o abastecimento e os transportes. Nem os assentamentos em regiões desérticas escapam a esta regra, pois não dispensam a água dos oásis. As orlas marítimas ou lacustres e as beiras dos rios estão indissociavelmente relacionadas ao nascimento e desenvolvimento de quase todas as cidades, de todas as culturas, e não é por menos que se justifica o seu peso semântico e o lugar que ocupam na imaginação coletiva.

Ao discorrer sobre o espaço geográfico, DARDEL (1990, p.26) reserva um lugar para o que ele denomina espaço aquático, “um espaço *líquido* (que) desliza, (que) movimenta o espaço”, e não deixa de registrar as associações afetivas que o vocabulário e as expressões da língua estabelecem com este domínio: o riso, o murmúrio, o silêncio, a incerteza, a fúria das águas.

Muito já se falou e fez sobre os rios, os urbanos em particular. Sabe-se como a razão técnica se serviu deles, seja para a produção de energia, seja para o lançamento de esgotos, seja como base viária. Sabe-se também dos seus usos marginais, reprimidos ou estimulados, ou apenas consentidos: os banhos e a pesca, o lazer e os esportes oficiais e não oficiais, a exploração econômica e as invasões das várzeas.

Por tudo isto, por terem participado de momentos marcantes da vida das cidades – do seu nascimento e desenvolvimento e também dos seus desastres e mazelas –, pela intimidade com o fazer humano e urbano, não podem deixar de ter um lugar na coletividade, mesmo que este lugar seja o inconsciente, o que talvez explique o encobrimento e as desfigurações a que foram sujeitados.

Encara-se agora a possibilidade de recuperação das águas e das margens degradadas, invocam-se as leis que as protegem, programam-se parques lineares ao longo dos rios em áreas urbanizadas. Apesar de necessárias e oportunas, estas novas atitudes continuam a servir, de certo modo, à razão técnica, agora sob a regência da ecologia e das ciências ambientais. No entanto, ainda com DARDEL (1990, p.31), há de se por em questão a precedência da ciência, “que tende a reduzir o mundo a um mecanismo, (diante) da experiência vivida, que apreende o mundo exterior como fenômeno”.

O tamponamento dos córregos impede que eles se apresentem plenamente no mundo dos fenômenos visíveis. Nos casos que aqui interessa considerar, a ocupação do solo antiga, consolidada e densa, não dá oportunidades para a expressão clara dos cursos d'água. As marcas da sua presença são indiretas e, muitas vezes, imperceptíveis.

O primeiro passo será, portanto, a revelação das marcas, a emersão do subjacente até torná-lo percebido, participante da paisagem. Obsessão pelo visível? Sim e não. Sim, porque a paisagem é, em senso estrito, uma operação do olhar. Os sentidos e os sentimentos a ela associados transitam por redes mais extensas e complexas, mas é a retina atingida que conserva a marca. Por outro lado, a alma tem outras janelas, e o mundo dos fenômenos (as águas nele incluídas) também se faz ouvir, sentir pelo tato e pelo olfato, pelos movimentos.

Há, portanto, dentro do campo fenomenológico (e não ecológico, bem entendido), outros modos de expressar a existência de cursos d'água que não a da sua explicitação cabal. Aliás, o sugestivo, mais do que o enunciado exato, alarga a percepção do mundo e aumenta as possibilidades de recriá-lo.

Não é demais enfatizar a precisão e a urgência de cuidar condignamente dos nossos rios, de suas águas, margens e várzeas. Tê-los vivos, saudáveis e aprazíveis é mais do que desejável. Mas não é disto que se trata aqui. Aqui se trata de mutilações, deformações, cicatrizes a serem assumidas e superadas, mas sem obliteração ou esvaecimento.

As iniciativas de “re-naturalização” de rios, como as realizadas no Japão e na Coréia do Sul, não escapam, porém, da lógica da destruição criativa e da espetaculosidade, em que pese terem propiciado efetiva melhoria da qualidade urbana e, particularmente no caso coreano, a recuperação das antigas e artísticas pontes sepultadas com o rio, bem como o desagravo à invasão japonesa do início do século 20, quando se cometeu, entre outras, aquela agressão. Significaram também investimentos pesados de capital e, certamente, não a fundo perdido.

Intervenções deste tipo não vêm, portanto, ao caso. Por outro lado, com o recurso da memória e das sugestões que as imagens detonam abrem-se campos fecundos. Mas antes de tudo é importante dissociar a ideia de memória da de tempo morto. Vale a pena correr o risco de transpor para a percepção visual as considerações sobre a rememoração aplicadas por Ecléa Bosi à oralidade:

Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de

suas vivências. Enquanto evoca, ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência (BOSI, E., 2004, p.44).

Continua a mesma autora, remetendo a Bergson:

Só a intuição é capaz de apreender o movimento contínuo do devir. A intuição é uma leitura interna da duração. Ela o faz produzindo imagens. A corrente de imagens desencadeada pela intuição poética alcança mais diretamente o ser da natureza que um teorema da Física ou uma equação matemática (idem, p.43).

Se são as imagens do passado ativadas pela memória (e não simplesmente o passado em si mesmo) que atualizam o tempo, afigura-se lícito supor que os índices, mesmo que indiretos, da existência de um curso d'água, venham a ter papel semelhante para a "atualização" do córrego. O índice não diz que ali passava um rio, e sim que ali passa um rio. Assim sendo, o pretendido resgate da memória dos córregos ocultos não conota o culto nostálgico de uma condição original desaparecida, nem requer a enunciação completa do "texto".

Procedendo assim, as condições de integridade e coerência interna do "discurso" espacial podem ficar comprometidas, mas nem por isso a paisagem deixará de existir. Cabe, a propósito, observar a riqueza de sentidos que a ideia de paisagem encerra, o que permite ampliar esta noção e entendê-la não só como campo visual, mas também como circunstância (situação em um dado momento) em que se dá a apreensão instantânea, num relance. Apreensão de uma totalidade, ou seu equivalente estético (RITTER, 1997), como se quis no início da modernidade? Não necessariamente, ou, segundo Charles Péguy, necessariamente não. Para este original poeta e pensador francês do início do século 20, o melhor ponto de vista não está no alto (a visão panorâmica), mas embaixo, em contato íntimo com o mundo. É nesta situação que se pode acolher o "evento", o que vem ao encontro, tocar o "ponto sensível" que, uma vez "atingido e conquistado é como a fratura ou a brecha (as palavras são de Péguy), por onde a ordem estabelecida das coisas escapa, é recolocada em movimento, é propriamente reanimada." (BESSE, 2006, p.99).

Este ponto sensível, para Péguy comentando Bergson, é o momento presente; ele se instala "imediatamente no próprio coração e no segredo do presente" (PÉGUY, 1957, p.1459), possibilitando o contato com o "evento", que é "uma espécie de paisagem não homogênea" (BESSE, 2006, p.100). Assim, além de não ser aquela vista do alto, a paisagem, para Péguy, "também não é acumulação

de memórias, depósito de signos, patrimônio constituído, nostalgicamente consultável. Ela é evento, ela é passagem, incompleta, da vida” (BESSE, 2006, p.100); nasce de baixo, humilde (vem do húmus); é precária, não tem repouso.

O mesmo interesse pelo chão – agora no sentido mais estrito, das práticas de espaço, e não como metáfora de uma condição do pensamento – estará presente em Michel de Certeau. Opondo a visão totalizadora de Ícaro, acima das águas, às astúcias de Dédalo, em labirintos instáveis e sem fim, Certeau põe em cena os

(...) praticantes ordinários da cidade (...) cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo (...). Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada (CERTEAU, 1994, p.171-172).

Estas formas específicas de operar no espaço criam uma “outra espacialidade” que não se deixa mapear, representar, nem, por consequência, ser trabalhada e reproduzida.

Soam distantes as noções de paisagem e o mundo das formas com que – arquitetos, urbanistas, paisagistas – operamos comumente, e difíceis, se não subvertidas por parte dos “praticantes ordinários”, as relações da nossa prática com as suas práticas.

Mas isto não leva, forçosamente, à anulação do compromisso estético que selou o nascimento da noção de paisagem. Se a paisagem deixa de ser o sucedâneo estético da contemplação teórica do cosmos (RITTER, 1997); se ela não representa mais – mediante um recorte seletivo operado na natureza e informado pela pintura paisagística – o mundo entendido como “unidade na diversidade”, ela continua a ser o resultado de uma seleção deliberada de informações (elementos da paisagem), não mais praticada a partir de um *ponto de vista*, e sim de vários *pontos de vista*.

Se os recortes, se os modos de articulação das informações se alteraram, nem por isso desapareceu aquela condição tão intrinsecamente ligada à ideia de paisagem, e que a aproxima do fazer poético: a da formação instantânea de um sentido. Para tanto, não é indispensável a exposição integral dos córregos, sua completa exumação. Uma vez evidenciadas as marcas que evocam sua existência dissimulada, elas passam a estar disponíveis para integrar não uma paisagem dos córregos ocultos – o que pode pressupor uma seqüência alinhavada, com começo, meio e fim – mas uma paisagem *com* córregos ocultos, em que as pegadas

deixadas pelo ato de ocultação, ao emergirem como *imagens* por intermédio da arte, ganham a força de atos falhos denunciando a trama subterrânea.

Sendo assim, o córrego oculto, para comparecer na paisagem, não exigiria nem o literal vir à tona, nem a obediência a um roteiro linear e lógico – por exemplo, de montante a jusante ou vice-versa – na leitura dos seus vestígios / imagens. Já plenas de significados, estas imagens, ao integrarem as inúmeras paisagens possíveis, provocam a recorrência do córrego.

Uma vez persistindo o fundamento estético da paisagem, mantém-se também a possibilidade de entendê-la como um discurso. Não seria então descabido fazer valer para a paisagem com córregos ocultos (ou com suas imagens) o que diz Alfredo Bosi em seu ensaio sobre imagem e discurso na poesia: “A imagem nunca é um ‘elemento’: tem um passado que a constituiu; e um presente que a mantém viva e que permite a sua recorrência” (BOSI, A., 2004, p.22). E mais adiante, sobre as táticas da linguagem para recuperar a sensação de simultaneidade (tão presente na noção de paisagem): “A palavra criativa busca, de fato, alcançar o coração da figura no relâmpago do instante” para a realização da “proposta de simultaneidade como efeito último do poema” (BOSI, A., 2004, p.46). As “palavras criativas” podem ser entendidas como os vestígios do córrego convertidos em imagens; a paisagem, como “poema” que estes vestígios / imagens, entre outras tantas “palavras criativas”, constroem.

Cidade, história, terra e água

Histórias têm a ver com tempo, memórias e relatos. Têm a ver com a “fala dos passos perdidos” e os “relatos de espaço” de Michel de Certeau e com os “relatos de paisagem”, parafraseando o mesmo autor. Ainda segundo Certeau, há no discurso urbanístico operações claras que comandam a construção das cidades: a organização racional, um *não-tempo* (em oposição tanto às resistências das tradições como ao “tempo oportuno” dos que usam a cidade), a suposição de um sujeito universal (CERTEAU, 1994a, p. 173).

A vida urbana, no entanto, transcorre driblando estas operações. Os pedestres avançam, recuam, inflectem, aceleram, retardam seus passos sem previsibilidade ou obediência estrita às regras de um espaço organizado segundo uma lógica que lhes escapa ou, muitas vezes, lhes é hostil. Caso conseguissem apreender esta lógica do alto de uma torre ou da cobertura dos edifícios, este conhecimento não teria como ser transposto ao praticar a cidade lá embaixo, onde não há visão totalizadora possível, e onde seus corpos obedecem “aos cheios e

vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo. (...)” (CERTEAU, 1994b, p. 171).

Apesar disso eles escrevem este “texto”, de modo que, no espaço da cidade visível, desenvolve-se uma escrita invisível, que remete a uma outra espacialidade. São “práticas microbianas (...), táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias (...)” (CERTEAU, 1994c, p. 175).

Mas não há como registrar os “textos” produzidos por estas práticas do caminhar sem perder justamente a operação que os gerou, ou seja, registra-se algo já morto. Analogamente, certas partes das cidades, embora derivadas da lógica dos planos e condicionadas por eles, se evadem, desgarram da norma. Nas fotos aéreas, nas imagens de satélite, elas mal são vistas. No nível do chão fazem insinuações discretas, quase imperceptíveis, mas é ali que suas “histórias” acontecem e estão inscritas, e é ali que tantas outras táticas e práticas do caminhar escrevem ou podem escrever seus “textos” invisíveis.

Ao contrário da “fala dos passos perdidos”, porém, estas partes desgarradas da cidade, dada sua materialidade, deixam marcas, emitem mensagens, ainda que curtas e cifradas. Muitas vezes interrompem o “discurso” e se escondem por completo. De todo modo estão “vivas” e continuam a “falar”, mesmo na “clandestinidade”. São documentáveis em sua atualidade, o que permite escrever sua história, “desbobinar a película”¹. Entretanto, neste remontar do tempo, a matéria mesma da película reclama a atenção do operador. Ela não é mero suporte dos fatos (da história), ela é constitutiva deles.

Considere-se a história e a geografia, ou de modo mais restritivo, provisoriamente, a história e a cartografia. Diz-se que a carta, o mapa, ajudam a compreender a história na medida em que fazem ver os lugares onde os fatos ocorreram. Não se há de negar a contribuição destes instrumentos, a sua utilidade, mas, se não se for além desta constatação, pode-se muito bem endossar a ideia de que a geografia não passa de um pano de fundo da história. Convém observar a esta altura, à guisa de parêntesis, que não se trata aqui de história e geografia enquanto disciplinas, mas enquanto dimensões da existência. O homem é histórico

¹ Marc Bloch defendia como postura metodológica começar a investigação pelo que é mais conhecido (ou menos mal conhecido), pela apreensão do que é vivo, pelo contato direto com o presente, pelas próprias experiências cotidianas: “O que o historiador deseja captar é exatamente uma mudança. Mas no filme que observa, só está intacta a última película. Para reconstituir os vestígios apagados das restantes é forçoso, primeiro, desbobinar a película no sentido inverso das filmagens” (BLOCH, 1949a, p. 16).

e geográfico. Sua ligação com a Terra é incontornável, pois foi nela, ou melhor, com ela, que ele criou o seu mundo. Mesmo que venha a viver em outros mundos, o homem, com tudo o que ele é e pode hoje, é o homem da Terra.

Tal condição terrena levou Eric Dardel a criar o neologismo “geograficidade”, como um correlato espacial da noção de historicidade. Se o homem sabe que se encontra numa situação inevitavelmente temporal, ele também se sabe inapelavelmente ligado ao espaço terrestre. A “geograficidade” se refere então à geografia, não como disciplina científica, mas como experiência primordial, pré-reflexiva. Estas relações entre o homem e a Terra “são compreendidas por Dardel como inscrições do terrestre no humano e do homem sobre a Terra, de tal modo que nem o humano nem o terrestre são geograficamente pensáveis um sem o outro” (BESSE, 1990a, p. 137).

Transformar a face da Terra é inerente à atividade humana e é nesta ação que o homem cria o seu mundo. Do trabalhar e transformar a matéria nasce uma cumplicidade entre o homem e a Terra, uma intimidade decorrente da oposição entre a vontade humana e a resistência que a Terra oferece a esta vontade. Atente-se para a possibilidade de existir nesta relação um erotismo que nada tem a ver com rudeza ou brutalidade. É desta relação que pode advir a “tonalidade afetiva”, condição essencial para que, em vez de uma simples justaposição de elementos, de uma indiferente sucessão de produtos da ação humana, se tenha uma *paisagem*.

É possível então afirmar, com Besse, que “é pela paisagem que o ser humano toma consciência do fato de que ele *habita* a Terra” e que

compreender uma paisagem é “ser-na paisagem”, é “ser nela”, é ser atravessado por ela, “numa relação que afeta a carne e o sangue”, nas palavras de Dardel, é ser invadido por sua cor fundamental até fazer dela o impulso e o ritmo da sua existência” (BESSE, 1994b, p. 147).

Estas considerações, extraídas de um contexto quase epopéico, podem também se aplicar às ações mais comuns, pois sua natureza é a mesma; o que muda é a escala. Assim, é possível flagrar a historicidade e a geograficidade e, concomitantemente, as “tonalidades afetivas” (não forçosamente positivas), ou seja, as paisagens, nascidas da nossa relação cotidiana com a Terra, examinando, particularmente, o caso das águas correntes nas cidades.

Muito já se falou sobre a importância dos rios na formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos, seja por suas vantagens ligadas à defesa e

às comunicações, seja no concernente ao saneamento e ao fornecimento de energia. Há toda uma historiografia dedicada à higienização das cidades que, praticamente, coincide com as origens do urbanismo enquanto disciplina. É interessante notar que, de início, foram médicos militares os maiores defensores e promovedores dos hábitos de higiene que, do corpo humano, passaram ao “corpo” da cidade², destacando-se então o papel dos engenheiros sanitaristas.

O disciplinamento das águas sob sistemas de abastecimento, drenagem e esgotos, acarretou, no mesmo ato, o recalque de todos os demais significados, muitos até contraditórios, a elas apostos pela imaginação material de que trata Bachelard, em suas associações com o narcisismo, com a morte, com a purificação, a violência, o feminino.

Nos estudos de cunho histórico sobre as águas na cidade de São Paulo pode-se encontrar informações interessantes sobre a religiosidade e o misticismo que envolviam este elemento³. As crenças que separavam as águas malditas das benditas se projetavam para o mundo objetivo, refletindo-se diretamente no uso das águas e dos lugares a elas relacionados.

Estes valores sucumbiram diante da racionalidade dos planos urbanísticos. Os cursos d’água foram hierarquizados num sistema que nomeou, priorizou, investiu em alguns deles e relegou os demais ao anonimato, ao tratamento genérico, independentemente dos significados de que eram eventualmente portadores. Canalizados e enterrados não só pelo poder público para o cumprimento de planos, mas, muitas vezes, pelos próprios moradores dos terrenos que cruzavam – operação justificada pelas precárias condições sanitárias das águas –, saíram de vista e, com o tempo, deixaram de existir na memória das gerações sucessivas, embora continuassem a existir de fato.

O interesse crescente de pesquisadores, urbanistas, paisagistas, artistas, jornalistas, organizações não governamentais, associações de moradores, em recuperar a história destes córregos, muitos deles anônimos, identificando seus itinerários, decifrando sua criptografia, bem como o empenho em inventariar os afetos (positivos e negativos) que despertam e em propor ações sobre seus leitoss

² Sobre a constante recorrência do urbanismo à biologia ver Philip GUNN e Telma de Barros CORREIA “O urbanismo, a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade”, in *Pós – revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fauusp*, n° 10, dezembro 2001, p. 34-61.

³ Veja-se, por exemplo, os capítulos “Águas cristãs e pagãs” e “Quando as águas acolhem assombrações...” in SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de, *Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*, São Paulo, Editora SENAC, 2007.

mortos, tendem a constituí-los em paisagem e, assim, a reservar-lhes assento na história das cidades.

Alguns casos

Quanto mais consolidada a urbanização, mais cifrados são os sinais da existência dos córregos. Um dos exemplos extremos é o córrego Anhanguera, que cruza a área central da cidade de São Paulo. Talvez só os técnicos em drenagem urbana saibam que ele existe e conheçam seu nome. O levantamento cuidadoso da cartografia antiga e de documentos técnicos pode revelar seu traçado, permitindo assinalar, na superfície, os indícios da sua presença subterrânea⁴. Muitos destes indícios são sobras de terreno, bueiros e caixas de inspeção, verdadeiras “janelas indiscretas” que permitem ver o córrego. Mas há também praças e largos, ruas e avenidas, logradouros muito conhecidos dos paulistanos, como General Jardim, Arouche, Amaral Gurgel, Alameda Barão de Limeira, sob os quais flui o Anhanguera, sem ser percebido.

Outro exemplo é o córrego Verde, na região de Pinheiros, cuja ocultação total é mais recente. Pelo menos até meados da década de 1950, ainda apresentava vários trechos a céu aberto, em curso livre ou na forma de valetas. A bacia do Verde é relativamente extensa e apresenta dois leitos relativamente importantes, cada um com mais de dois quilômetros de comprimento, chamados, no jargão técnico, de 1º e 2º braços. A confluência dos dois braços se dava na altura da praça Gastão Vidigal, no Jardim Paulistano. Hoje, em consequência de adaptações no sistema de drenagem, o 1º braço foi desviado, na altura do cruzamento das ruas Pinheiros e Fradique Coutinho, de modo a desaguar a quase dois quilômetros abaixo do ponto onde antes recebia o afluente (2º braço). Assim, todo um trecho do córrego deixou de fato de existir, sem deixar rastros. No novo trajeto, nenhum sinal seu aflora à superfície, a não ser a nova foz no rio Pinheiros, na altura da rua Paes Leme, reduzida a um simples tubo.

⁴ A reconstrução do traçado do córrego Anhanguera fez parte do Trabalho Final de Graduação na FAU-USP, em 2009, da então estudante Maria João Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo, a partir de pesquisa de campo, interpretação cartográfica e de consultas ao Cadastro de Obras da Secretaria de Infraestrutura Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo.



Figura 1 – Viela sob a qual passa, e bueiro por onde se vê, o córrego Verde, na Vila Madalena.

A montante, porém, suas marcas são pronunciadas, embora se mantenha escondido⁵. Becos e vielas o acusam, seja pelo traçado insólito em relação ao tabuleiro hipodâmico do bairro de Vila Madalena, seja pelas enchentes periódicas. Por estas razões foram, por muito tempo, espaços estigmatizados, desprezados, evitados. Há poucos anos, a Organização Não-Governamental Cidade Escola Aprendiz, trabalhando com a comunidade dos arredores, recuperou uma pequena “praça” e um dos becos sob os quais passa este braço do Verde. Algumas das vielas ganharam projeção, já se explora comercialmente seu glamour (são constantemente usadas como cenário para filmes e fotografias de publicidade), no

5 Sobre o trajeto oculto do 1º braço do córrego Verde e sobre os córregos Bexiga e Uberabinha ver “A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem”, artigo do autor, em *Revista USP*, vol. 70, pg. 88-97, jun. jul. ago. 2006, revisto e publicado em *Arquitextos*, maio 2009,

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.108/51>.

entanto são poucos, entre os não moradores, os que sabem e muitos os que se admiram quando informados da existência do córrego.



Figura 2 – Beco sem saída, formado pelo córrego Verde, ao fim do qual, por uma caixa de passagem destampada, vê-se a água corrente.

O trajeto do 2º braço é mais disfarçado, apresenta menos excepcionais que o outro, exigindo maior acuidade para ser pressentido. Vuelas, grelhas, bueiros onde seu curso pode ser deduzido e suas águas vistas ou ouvidas, constituem as provas documentais, na paisagem, da presença do córrego ocultado⁶. Um dos espaços de destaque por ele atravessado é a praça Benedito Calixto, importante ponto de referência que ultrapassa a escala do bairro, recebendo um grande número de pessoas na feira de objetos e artesanatos que tem lugar aos sábados. Praticamente nenhum dos freqüentadores e poucos moradores do local sabiam que o Verde estava (e está) sob os seus pés.

⁶ Este braço do córrego Verde foi investigado em trabalho de iniciação científica na FAU-USP, em 2008 e 2009, realizado pela então estudante Mariana Martins Yamamoto que restituiu *in loco* o seu percurso, identificando marcas da sua passagem, da nascente, na altura da rua Oscar Freire, à foz, no rio Pinheiros. Textos, mapas e fotografias correspondentes ao córrego e aos seus indícios foram reunidos em um folheto de divulgação entregue a instituições e associações existentes nos arredores, uma delas a Associação dos Amigos da Praça Benedito Calixto.

As marcas que estes pequenos (nem sempre não tão pequenos) cursos d'água deixaram na paisagem não se limitam estritamente ao seu leito. Muitas vezes se ampliam para as áreas em torno, conferindo-lhes aspectos singulares. Tais excepcionalidades contrastam fortemente com o padrão convencional dos bairros em que estão inseridas e podem ser percebidas no traçado de algumas ruas, no parcelamento do solo, na implantação das construções, nos expedientes esdrúxulos que a presença do córrego forçou.

Por serem comumente desprezadas, estas áreas próximas aos córregos, nos loteamentos triviais, foram inicialmente ocupadas por pessoas ou famílias remediadas ou de baixa renda. Desassistidas pelo poder público, viam-se impelidas a resolver por conta própria o seu assentamento naquelas terras, o que lhes facultava improvisações, muitas vezes grotescas, mas também inventivas, que até podem ter valor como testemunhos de um modo de lidar com os cursos d'água menos proeminentes. Os novos empreendimentos imobiliários e as ações do poder público que os acompanham são mais sofisticados: não só não recuperam o córrego como removem, ao imporem um novo desenho, os indícios deixados, mesmo que involuntariamente, pela ocupação anterior. É mais uma camada a recobrir o já encoberto, numa operação de disfarce sem vestígios.



Figura 3 – Formas de ocupação características do vale do Água Preta, na Vila Pompéia.

Em vários trechos do percurso do Água Preta⁷, outro córrego totalmente ocultado que atravessa os bairros da Vila Pompéia e da Vila Romana, pode-se ainda recolher exemplos de tais indícios. São documentos que tendem a desaparecer à medida em que os lugares se valorizam e passam a receber “melhoramentos”.



Figura 3 – Tubuladão e enterrado, o córrego Água Preta entra disfarçadamente num beco...

⁷ Um estudo sobre o Água Preta, do autor, pode ser encontrado no artigo “Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos”, em Pós- Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fausp, 2004, pg. 82-96, revisto e publicado em Arquitectos, março 2009,

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/09.106/64>.



Figura 4 – ... e só se exhibe, “perigoso”, depois da “cerca elétrica”.

Redes de percursos

Uma vez expostos os argumentos que justificam a importância destes vestígios materiais não só como receptáculos, mas também pelo seu poder de ignição da memória, cabe evidenciar as possibilidades de formação de redes concretas que os conectem e os tornem partícipes da paisagem cotidiana.

Dos casos pesquisados até o momento, cinco mostraram-se especialmente auspiciosos para a constituição de tramas conectivas: os das bacias dos córregos Água Preta, Verde, Aclimação, Sapateiro e Pirituba.

As nascentes do Água Preta distribuem-se por um arco que coincide, grosso modo, com trechos de vias importantes dos bairros em que se situam: Dr. Arnaldo, Alfonso Bovero, Heitor Penteado, Aurélia. Uma delas, que vem diretamente ao caso, localiza-se nas proximidades da estação de metrô Vila Madalena, na avenida Heitor Penteado. Em seu percurso, após cruzar quadras e vielas, atravessar pequenas praças e sobras de áreas, adentra o terreno do SESC Fábrica Pompéia e passa sob a ferrovia da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) entre as estações Barra Funda e Água Branca, antes de desaguar, logo adiante e sempre

incógnito, no rio Tietê. Da nascente à foz, perfaz um trajeto da ordem de quatro quilômetros.

Não mais que quinhentos metros separam esta nascente daquela do córrego Verde, que pertence à bacia oposta, do rio Pinheiros. Do mesmo modo, depois de formar becos e ziguezagues, cortar praças e esconder-se no interior dos quarteirões ou sob o leito das ruas, findo o percurso em torno também de quatro quilômetros, o Verde desemboca no rio Pinheiros, na altura de outra estação da CPTM, a Hebraica-Rebouças.

São oito quilômetros de extensão, interligando duas estações de trem e alinhavando, no caminho, uma estação de metrô, espaços livres públicos, diversas instituições e equipamentos de serviço, cujas oportunidades de constituírem caminhos adequados aos pedestres e mesmo rotas para meios de transporte alternativos, como as bicicletas, passam despercebidas.

Relação semelhante pode ser estabelecida entre as bacias dos córregos Aclimação e Sapateiro, opostas pelo chamado espigão central de São Paulo. O Aclimação, um dos formadores do lago existente no parque homônimo, nasce próximo à rua Vergueiro, implantada sobre o divisor de águas dos rios Tamanduateí e Pinheiros. Simetricamente, a pouca distância da outra, situa-se a nascente do Sapateiro, contribuinte do lago do Ibirapuera, já na bacia do Pinheiros. Ambos os cursos d'água passam pelos mesmos incidentes dos demais córregos – vielas, becos, escadarias, ziguezagues – em seus trajetos dissimulados. O Sapateiro corre dois quilômetros até chegar ao seu único momento expressivo, o lago do parque Ibirapuera; o Aclimação, pouco mais de um, até o seu lago⁸. Portanto, cerca de apenas três quilômetros separam os grandes pontos de atração destes dois concorridos espaços de lazer dos paulistanos; suas cabeceiras quase se tocam, mas tudo se passa, na paisagem, como se nada tivessem a ver entre si.

⁸ A jusante do lago do Ibirapuera, o córrego Sapateiro prossegue, grosso modo, sob o leito da avenida Juscelino Kubitschek até desaguar no rio Pinheiros. O Aclimação e o Pedra Azul formam o lago da Aclimação. A jusante do lago, o córrego passa a se chamar Cambuci o qual, após um trajeto bastante tortuoso sob ruas, vielas e entre quadras, encontra sua foz no rio Tamanduateí.

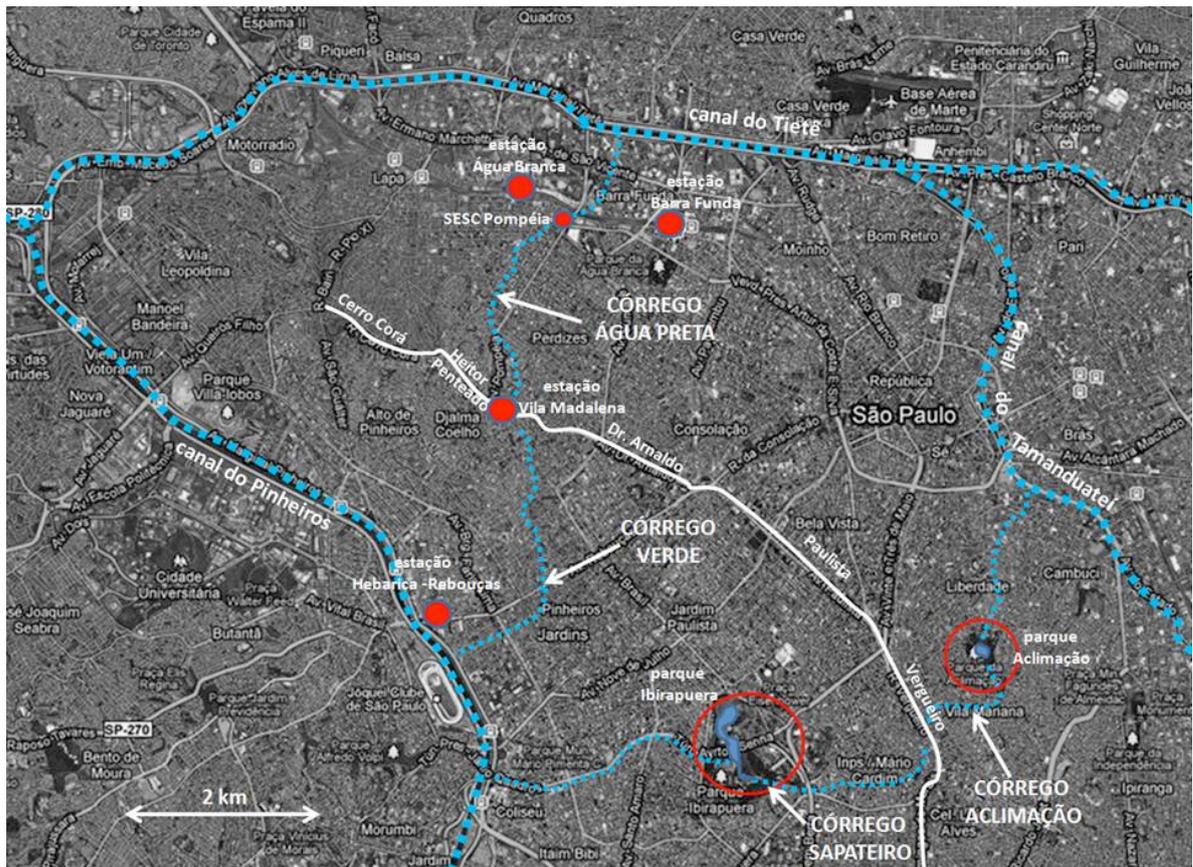


Figura 5 – Os córregos Água Preta e Verde interligam as estações de trem Hebraica-Rebouças e Água Branca, enquanto os da Aclimação e Sapateiro interligam parques.

Outro exemplo é o Pirituba, um córrego extenso, com quase sete quilômetros de extensão do começo, um pouco ao norte da estação Vila Clarice da CPTM, à foz, no rio Tietê. Corre a céu aberto até a estação Pirituba. Nos restantes três quilômetros está tubulado sob a estreita faixa verde que margeia a ferrovia. Esta faixa, apesar de sua pequenez e precariedade, é vista e usada informalmente por moradores lindeiros como um “parque” ou, ao menos, como local de encontro e descanso.



Figura 6 – O córrego Pirituba passa, tubulado, sob a faixa verde, paralela à ferrovia. Moradores usam a tampa do poço de inspeção do córrego como banco e tratam a exígua faixa como “nosso parque”.

Um pouco abaixo da estação Pirituba, já oculto, o córrego recebe contribuintes, igualmente encobertos, que vêm de dois loteamentos projetados sob os princípios dos bairros jardins, divulgados entre nós pela Companhia City: Chácara Inglesa e Jardim Felicidade. O que atravessa o Jardim Felicidade forma o lago existente no parque municipal de mesmo nome.



Figura 7 – Por vielas e escadarias as águas chegam ao lago do parque Jardim Felicidade.

Daí resultam formas insólitas, logo rejeitadas, mas reveladoras de um modo de agir, uma poética a contrapelo. De alguma maneira, os vestígios destas desajeitadas operações de ocultação ganham a importância dos depoimentos, na medida em que expõem um certo *ethos* no lidar com a Terra, este “fundo escuro” ao qual tudo volta, nas palavras de Dardel. Os novos empreendimentos imobiliários, ao implantarem-se em locais antes preteridos nos quais, portanto, ainda persistem fartos exemplos destes testemunhos, tendem a apagá-los em nome de um “decoro” que se limita às aparências, pois nada alteram do antigo *ethos*. Os vestígios têm muito a dizer, daí a importância de preservá-los e deixá-los “falar” sua fala necessariamente singular, mas que pode conduzir além das particularidades de cada caso. Não se está muito distante do fazer artístico.

Apresentados os casos e as oportunidades que eles encerram, convém, concluindo, reforçar que o interesse desta pesquisa não se atém às vantagens práticas que podem advir da integração dos espaços, em geral depreciados, associados aos córregos, mesmo depois de tubulados. Supõe-se que ele resida, principalmente, no poder evocativo dos vestígios, o que permitiria atualizar as relações mais primordiais e elementares entre as cidades e os sítios em que se assentam, aumentando, em consequência, as possibilidades de habitá-las poeticamente.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade. Ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BARTALINI, Vladimir. “Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos”. In Pós-Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fauusp, 2004, pg. 82-96. Revisto e publicado em *Arquitextos*, março 2009, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/64>.
- BARTALINI, Vladimir. “A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem”. In Revista USP, vol. 70, pg. 88-97, jun. jul. ago. 2006. Revisto e publicado em *Arquitextos*, maio 2009, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.108/51>.
- BESSE, J.-M. *Ver a terra – seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo, Perspectiva, 2006.
- BESSE, Jean-Marc. “Geographie et existence, d’après l’oeuvre d’Eric Dardel”. In: DARDEL, Eric. *L’Homme et la Terre. Nature de la réalité géographique*. Paris: Éditions du CTHS, 1990.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 5ª edição, [s.d.].
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Cotia-SP, Ateliê Editorial, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, tomos 1 e 2. Petrópolis: Editora Vozes, 1994 (tomo 1), 1996 (tomo 2).

CORREIA, Telma de Barros e GUNN, Philip. “O urbanismo, a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade”, in *Pós – revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fausp*, nº 10, dezembro 2001.

DARDEL, Eric. *L’Homme et la Terre. Nature de la réalité géographique*. Paris: Éditions du CTHS, 1990 (1ª edição Paris, PUF, 1952).

PÉGUY, C. *Note conjointe sur M. Descartes et la philosophie cartésienne – Oeuvres complètes en prose 1909-1914*. Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1957.

RITTER, Joachim. *Paysage – fonction de l’esthétique dans la société moderne*.

Besançon, Les Éditions de l’Imprimeur, 1997.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo, SENAC, 2007.